



ILAESE



Sindicato Único dos Trabalhadores
Em Educação de Minas Gerais
- Subsede de Contagem.

Apresentação

Esta cartilha é uma produção do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) conjuntamente com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - subsede de Contagem. Tem por objetivo analisar as finanças públicas de Contagem, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da educação.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional, após a análise do TCE. Vale ressaltar que as informações fornecidas pelo Portal Transparência da Prefeitura de Contagem são de pouca utilidade para o presente propósito, uma vez que os dados são organizados por secretarias e não pelo setor. Por esse motivo, a maior parte da análise se encerra no exercício do ano de 2013, conforme disponibilizado pelo Tesouro.

O conteúdo desta cartilha tem como público-alvo, em primeiro lugar, os trabalhadores em educação de Contagem, responsáveis por levar a cabo tão árdua tarefa e com tão poucos recursos. Mas também ao conjunto da população de Contagem, para quem o serviço é oferecido.

ÍNDICE


Introdução.....	3
Lei Orçamentária Anual (2014).....	5
Receitas e despesas (2007 - 2013).....	7
Gastos com dívida.....	10
Lei de Responsabilidade Fiscal e gastos com terceirização e temporários.....	12
Terceirização e cargos comissionados.....	15
Análise dos gastos em educação de 2007 a 2013.....	17
Conclusões.....	22

Introdução


Esta cartilha tem por objetivo analisar as finanças da cidade de Contagem (MG) no período de 2007 a 2014, mais especificamente aquilo que interessa aos gastos com a Educação. Antes de adentrarmos no tema propriamente dito, cabe algumas observações sobre a palavra em moda no momento: crise!!!

É verdade que a economia brasileira segue estagnada. Depois de 7 anos com crescimento econômico médio em torno de 4%, o Brasil terminou 2014 com crescimento de 0,9% em uma clara tendência de recessão prolongada. Para retirar direitos dos trabalhadores na esfera pública e privada as principais correntes políticas brasileiras culpam a crise. Para os representantes do Estado, os trabalhadores devem pagar pela crise que eles não criaram. Apesar disto, a tendência de longo prazo do município de Contagem, como veremos, está longe de ser de crise. O município praticamente dobrou sua receita desde 2007 e possui comumente crescimento acima de 10%, além de superavit.

Não é nada novo colocar a responsabilidade da ausência de investimentos na crise. Foi esta a desculpa utilizada por Dilma para explicar o fracasso de seu governo, assim como Aécio Neves para justificar o fracasso do governo de FHC.



O senhor desconhece que existe uma **crise** econômica mundial.



Tínhamos um ambiente econômico muito menos favorável do que o que teve o presidente Lula, com **crises** sucessivas, enfim.

Em texto recente, o prefeito de Contagem, Carlin Moura, escreveu, para nossa surpresa, algo um pouco diferente de Dilma e Aécio: "Acredito ser justamente neste momento de crise econômica que os investimentos públicos devem ter um papel ainda mais estratégico, já que o investimento privado fica na defensiva". Concordamos inteiramente com esta análise do prefeito. Cabe agora responder a seguinte pergunta: **a educação é, para Carlin, um investimento estratégico?** Evidentemente, a esta pergunta fundamental ele apenas poderá responder com ações e não com palavras.

A crise é comumente usada como desculpa para aumentar a exploração sobre os trabalhadores e servidores públicos. Atualmente em Contagem, sob os auspícios da crise, dezenas de indústrias a utilizam como desculpa para demitir operários antigos e recontratar outros com salários mais baixos e a prefeitura segue o mesmo roteiro se negando até mesmo à reajustar os salários em conformidade com a inflação.

Para avaliar toda esta situação importante ver o cenário mais de perto e na longa duração, não apenas os dados de um ano para o outro. Com este objetivo, a presente cartilha está dividida em sete pontos, além desta introdução e de uma conclusão. Os pontos tratarão (i) de uma análise da Lei Orçamentária Anual (LOA) de Contagem referente ao ano de 2015; (ii) da evolução das receitas e despesas ao longo de 2007 à 2013, contando superávits e deficits nas contas públicas; (iii) dos gastos do município com dívida: rolagem e pagamentos de juros; (iv) dos gastos com pessoal e encargos sociais, tendo como foco a proporcionalidade que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e quanto se gasta com terceirizados e temporários; (v) dos gastos com educação de 2007 à 2013.

Que paguem pela crise àqueles que a criaram. Não os trabalhadores.

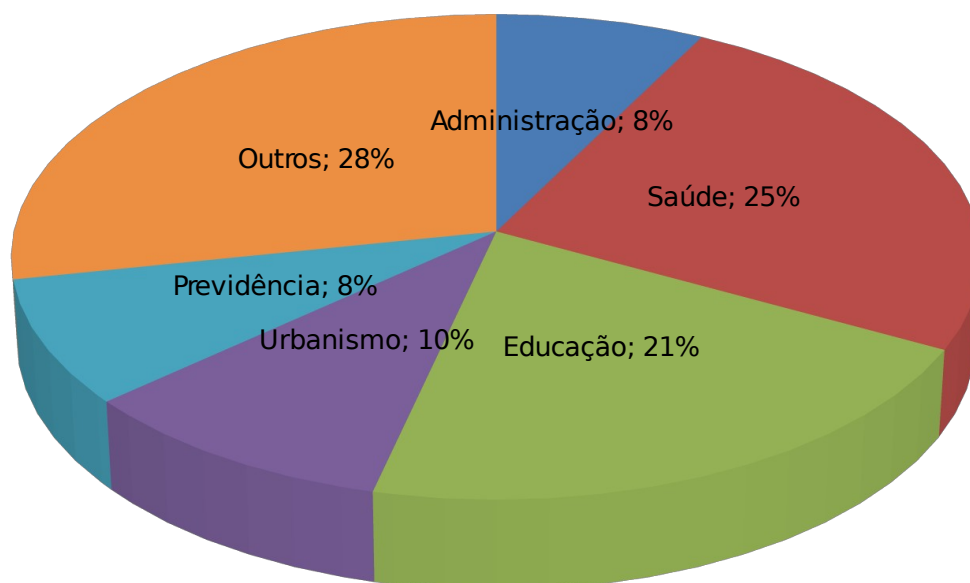
Lei Orçamentária Anual (2014)

A LOA existe nas três esferas do país (municipal, estadual e federal) e tem por função estimar a receita e fixar as despesas para o período de um ano, para fins de planejamento na execução de políticas governamentais. Nesse sentido, a LOA serve apenas como ponto de referência, não sendo a garantia dos investimentos nela propostos.

Vejam no gráfico abaixo como o orçamento está dividido para este ano de 2015, considerando as despesas por função.

	Educação	Saúde	Urbanismo	Previdência	Adminis.	Outros
LOA 2014	21%	23%	11%	8%	7%	29%
LOA 2015	20,92%	25,05%	9,85%	8,32%	7,70%	28,14%

Figura 1: Fonte: LOA 2015 (Contagem - MG)



A Receita Total (RT) prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, aprovada pela Câmara Municipal, é de R\$1.587.648.917. Se isto se concretizar, o aumento relativo ao que foi arrecadado ano passado será de 18,88% (esta é uma projeção, já que os dados oficiais foram divulgados apenas até novembro de 2014). Os maiores gastos previstos são na Saúde (R\$424,43 milhões), Educação (R\$354 milhões) e Urbanismo (R\$166,8 milhões).

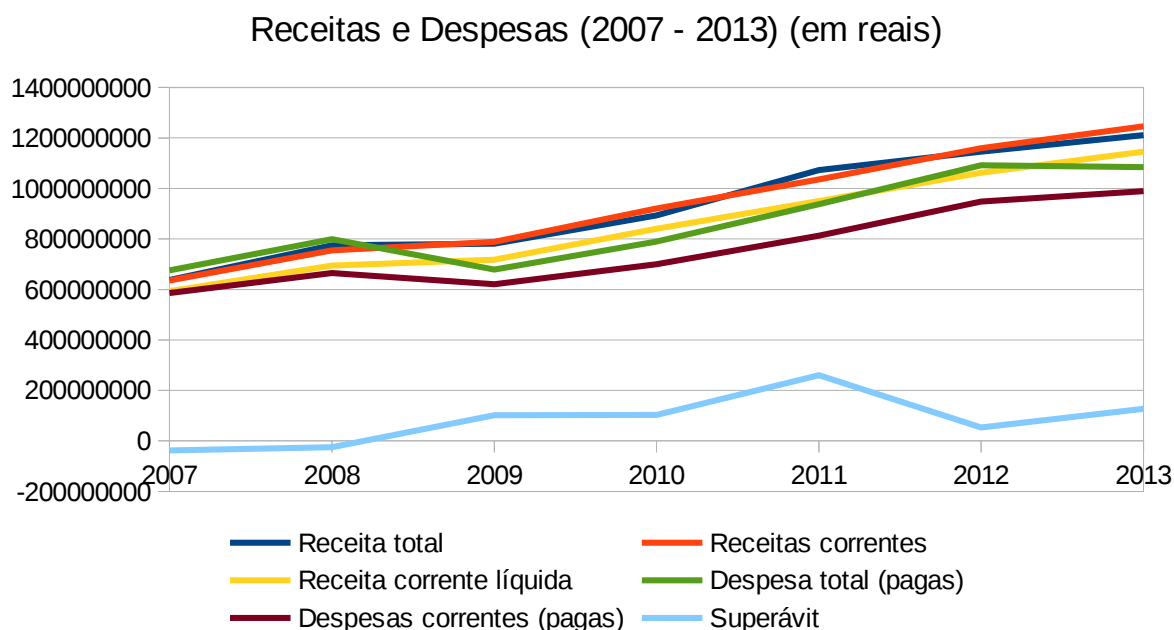
A previsão de receita é 7% superior ao que a última atualização da estimativa de receita para 2014 (segundo o Portal da Transparência de Contagem). Isto significa meio por cento de aumento real sobre o investimento na educação.

Segundo a LOA de 2015 o gasto com pessoal é de 56,53%. O limite estipulado pela LRF é de 60%, sendo 54% com o poder executivo e 6% com os poderes legislativo e judiciário. Se subtrairmos os gastos com a câmara (legislativo), temos 54,13%. Isto significa que segundo a LOA 2015 os custos com pessoal está no limite estipulado pela LRF. Nesse caso, seria importante averiguar as contratações por tempo determinado, ou seja, cargos comissionados.

Receitas e despesas (2007 - 2013)

No gráfico e na tabela abaixo podemos ver como evoluiu as receitas e os gastos na prefeitura de Contagem desde 2007.

Figura 2: Fonte: Tesouro



Ano	Receita total	Receitas correntes	Receita corrente líquida	Despesa total (pagas)	Despesas correntes (pagas)	Superávit
2007	637.911.810,94	635.858.048,38	592.590.441,18	675.690.136,35	585.054.172,84	-37.778.325,41
2008	774.410.426,01	755.150.789,12	694.297.853,06	799.243.539,10	664.880.824,07	-24.833.113,09
2009	781.099.348,74	788.526.846,33	717.966.250,54	678.919.669,06	620.350.651,35	102.179.679,68
2010	893.058.006,72	920.983.631,69	840.406.744,30	790.075.312,47	700.011.680,71	102.982.694,25
2011	1.073.081.741,98	1.035.984.352,03	949.844.528,22	937.948.835,87	813.092.563,69	259.989.178,29
2012	1.145.637.824,65	1.159.255.856,37	1.062.294.859,93	1.092.050.020,77	948.109.066,77	53.587.803,88
2013	1.211.506.551,30	1.245.765.663,86	1.145.357.242,70	1.084.205.447,91	988.969.231,35	127.301.103,39

A Receita Total teve uma taxa de crescimento acumulada de 90,1%, quase dobrando o valor de 2007 a 2013, e uma média de 11,54% de crescimento ao ano. Entre 2012 e 2013 a receita total cresceu 5,7% .

Isto significa que no primeiro ano da gestão de Carlin Moura, o crescimento da

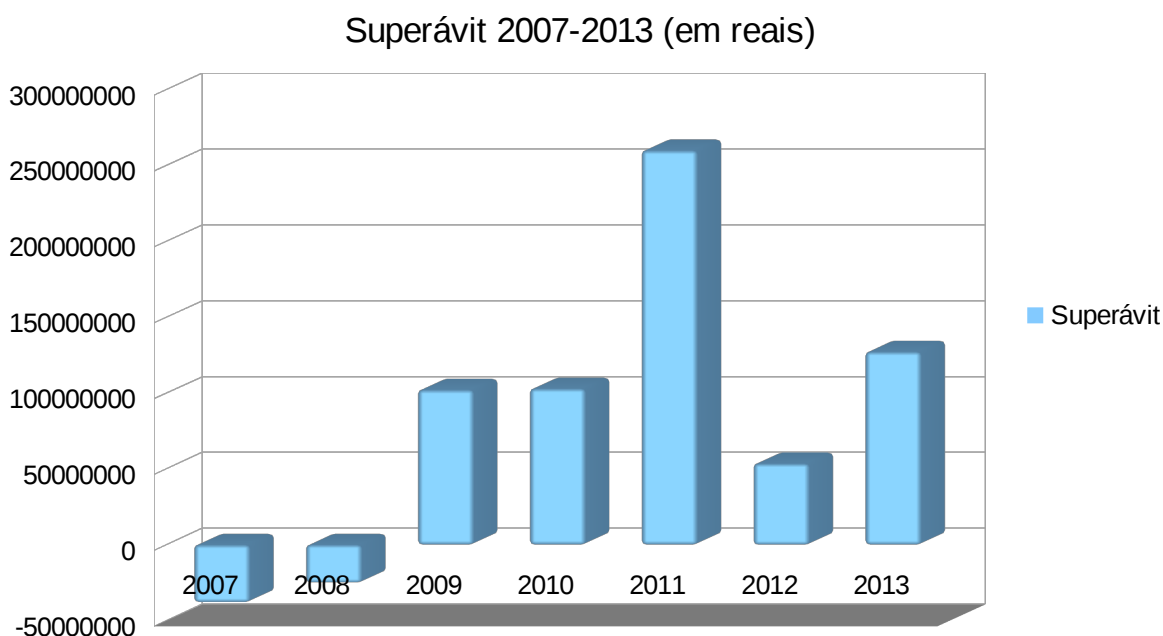
receita seguiu a tendência de crescimento da administração anterior. Entretanto, a julgar pelos relatórios divulgados pela prefeitura com a receita até setembro de 2014, a prefeitura fechou o referido ano com queda na receita. Apesar disto, o crescimento na arrecadação da prefeitura de Contagem em todo este período é muito superior à média da grande maioria dos municípios brasileiros e mais de três vezes superior ao crescimento do PIB do Brasil no último período.

A arrecadação da prefeitura de Contagem praticamente dobrou em 7 anos. Para se ter um ideia, o Brasil levou, no último período, 30 anos pra dobrar o seu PIB.

Superavit

A prefeitura não apenas opera com uma tendência histórica de crescimento na arrecadação, mas, também com sucessivos anos de superavit acumulado, como podemos ver no gráfico abaixo.

Figura 3: Fonte: Tesouro



Dos sete anos analisados, apenas os dois primeiros tiveram deficit entre o que foi arrecadado e o que foi gasto. A média do superavit é de 83,3 milhões de reais por

ano, o que possibilita luta por aumentos de gastos da prefeitura. Vale mencionar que entre 2012 e 2013 o crescimento do superavit foi de 239%, passando de 53 para 127 milhões de reais.

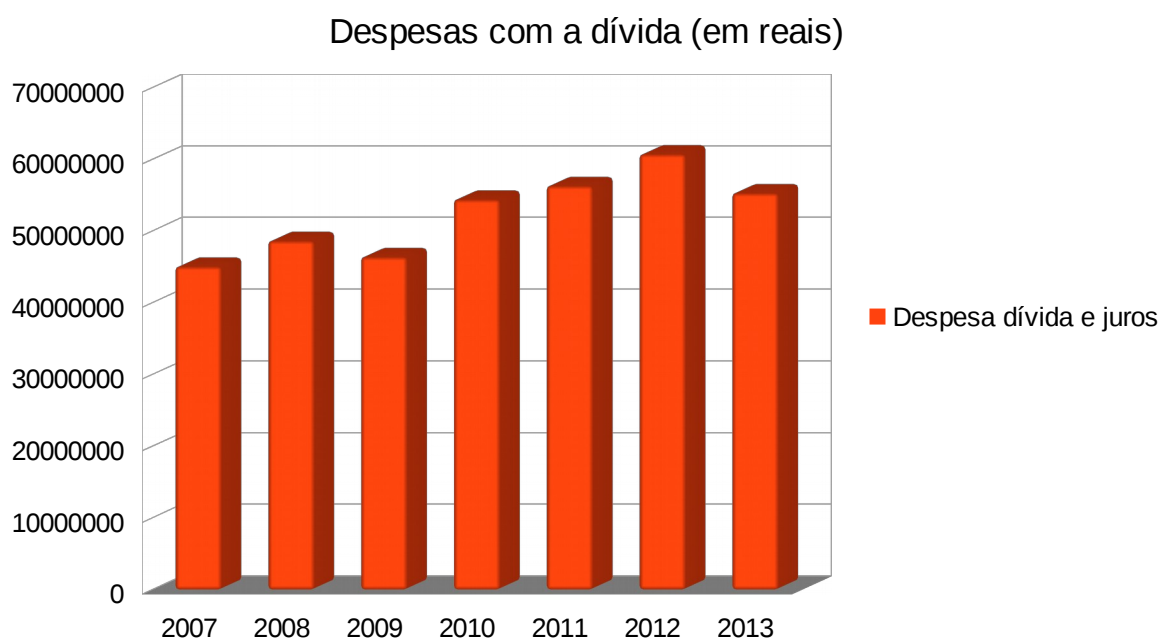
Apenas o superavit, isto é, as sobras na receita, relativas ao primeiro ano da gestão Carlin Moura, foi equivalente a cerca de 60 de tudo que foi gasto no mesmo ano com educação básica.



Gastos com dívida

A dívida pública é um dos principais problemas do Governo Federal, o qual a cada ano separa mais de 40% do seu orçamento para pagar a rolagem da dívida e seus juros. Nos estados e municípios também há este problema, no entanto, além de haver um percentual bem menor do seu orçamento para este pagamento, a dívida normalmente é contraída com o próprio Governo Federal, e não com os grandes bancos, tal como no caso do Governo Federal.

Figura 4: Fonte: Tesouro



Ano	Receita total	Despesa dívida e juros	%
2007	637.911.810,94	45.063.002,71	7,1%
2008	774.410.426,01	48.655.335,06	6,3%
2009	781.099.348,74	46.414.872,86	5,9%
2010	893.058.006,72	54.427.471,86	6,1%
2011	1.073.081.741,98	56.322.251,10	5,2%
2012	1.145.637.824,65	60.738.215,69	5,3%
2013	1.317.017.908,54	55.321.819,74	4,2%

A cidade de Contagem despense um valor considerável em pagamento de juros e amortização da dívida. Em seis anos este gasto acumulado foi de 366,9 milhões de reais, o que equivaleria a 136% do que foi gasto em educação no ano de 2013. Este pagamento foi responsável pelo gasto médio de quase 6% da receita total deste período.

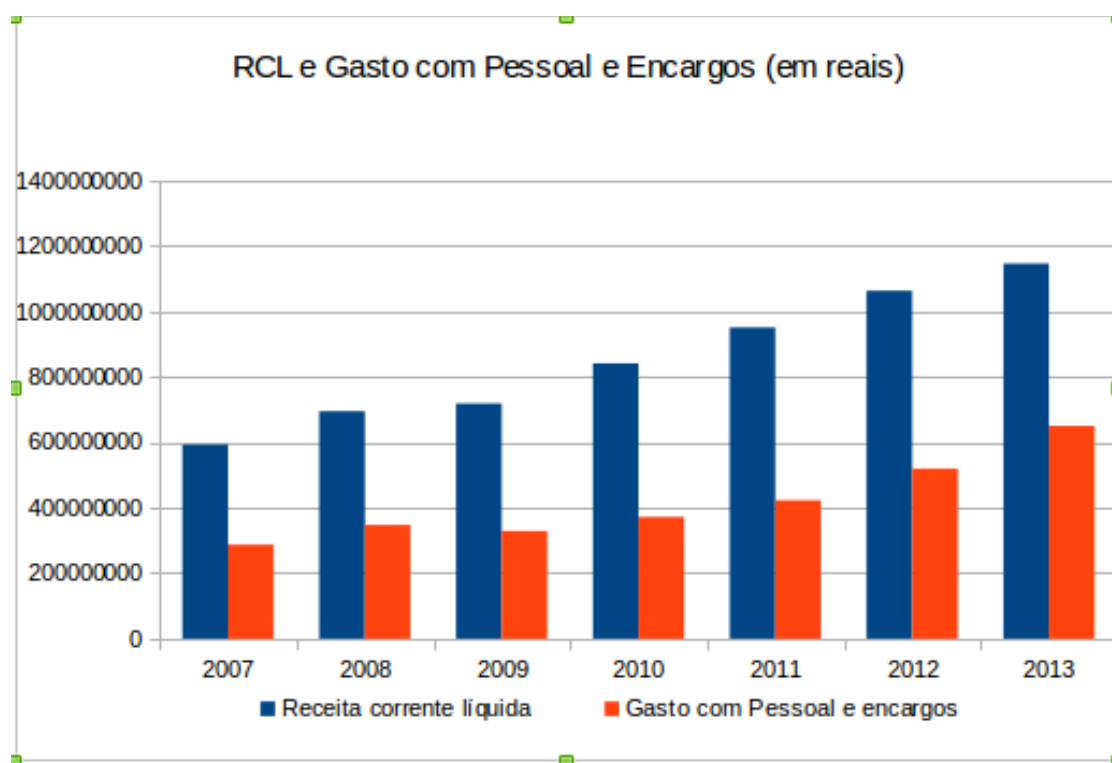
Lei de Responsabilidade Fiscal e gastos com terceirização e temporários

O governo federal aplica uma política econômica neoliberal para o orçamento da União com o objetivo de privilegiar o pagamento da dívida pública. Os investimentos em áreas como saúde, educação e os demais serviços públicos ficam para depois. Nos Estados e municípios não é diferente. Para isso existe a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, durante o governo FHC. Esta mesma lei foi por diversas vezes elogiada e endossada pelo governo petista que se seguiu.

Em nome de uma suposta responsabilidade fiscal, ela impõe barreiras absolutas para o aumento de investimentos e um limite aos gastos com pessoal. Esta lei incorporou e aprofundou a chamada Lei Camata, de 1999, estabelecendo o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios. Já o limite para o governo federal é ainda menor: 50% do orçamento.

Nesse quadro, o pagamento da dívida é considerado mais importante que os demais gastos. Caso a receita do Estado ou município seja menor que o previsto, o governo não pode fazer investimentos, a não ser os de caráter obrigatório, constitucional. Trata-se de uma lei absurda, que privilegia o pagamento da dívida pública frente à todos os demais serviços.

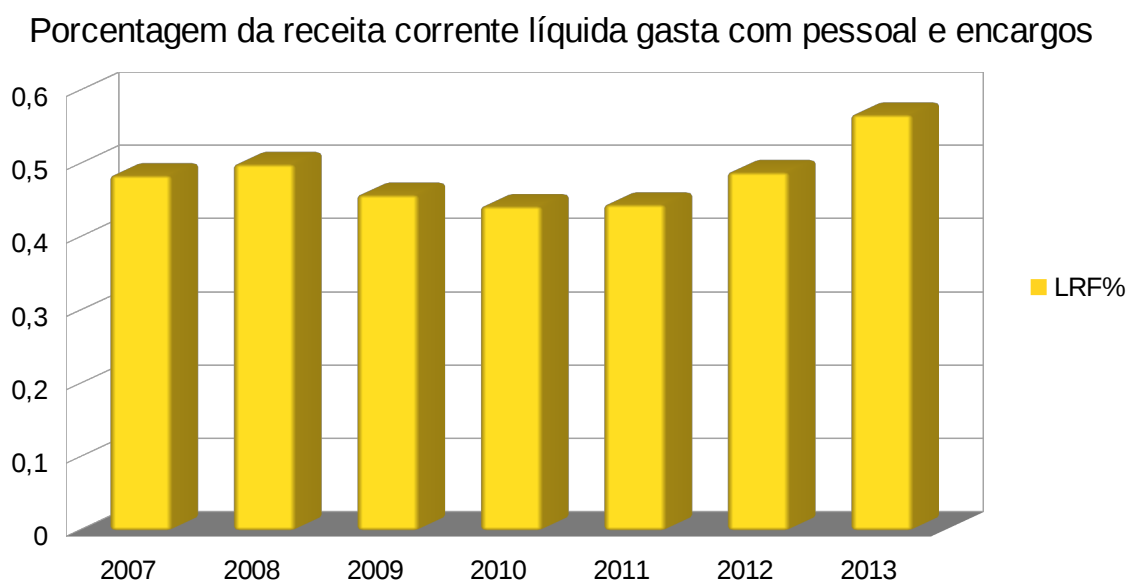
No gráfico abaixo, apresentamos a parcela do orçamento municipal de Contagem dispendido em gastos com pessoal, tendo em vista o limite orçamentário imposto pela LRF de 60%.



Ano	Receita corrente líquida	Gasto com Pessoal e encargos	LRF%
2007	592.590.441,18	286.959.576,42	48,42%
2008	694.297.853,06	346.802.516,50	49,95%
2009	717.966.250,54	328.636.667,25	45,77%
2010	840.406.744,30	371.574.081,70	44,21%
2011	949.844.528,22	422.207.579,60	44,45%
2012	1.062.294.859,93	519.068.303,07	48,86%
2013	1.145.357.242,70	649.490.693,66	56,71%

Como se nota, a média do período de 2007 a 2013 foi de 48,34%. Todavia, o índice de 2013 atingiu, pela primeira vez, um valor superior a 56%. Como dos 60% disponíveis segundo a LRF para o gasto com pessoal, apenas 54% é destinado ao

Figura 5: Fonte: Tesouro



executivo, é provável que os gastos da prefeitura se encontrem próximos deste limite.

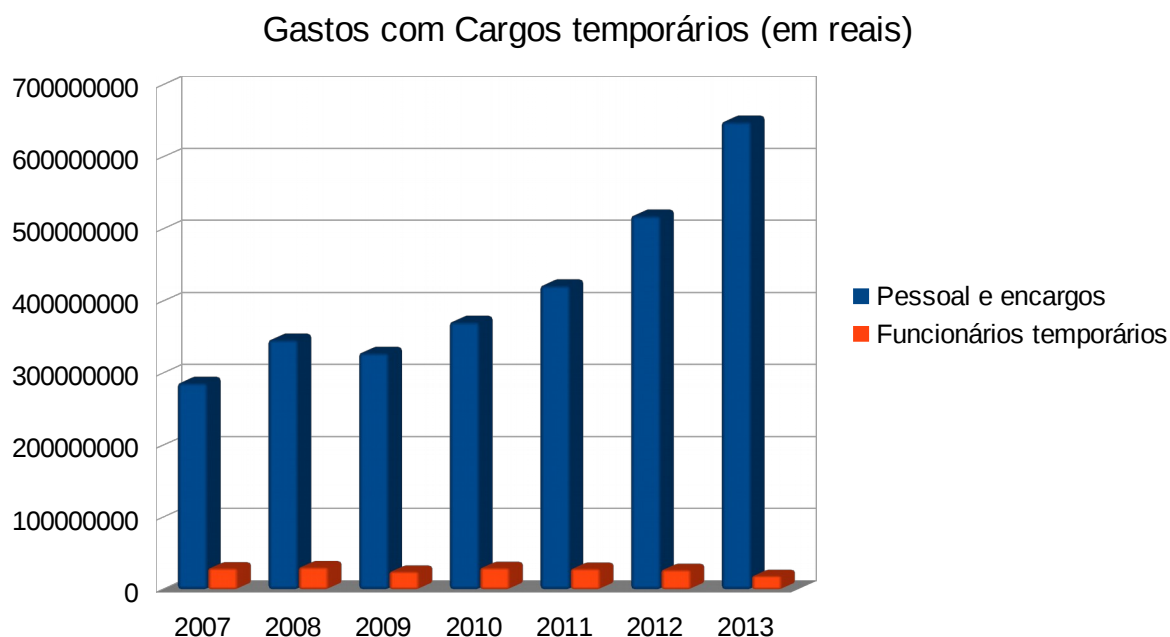
Apesar disso, cabe mencionar, que o aumento dos gastos com pessoal entre 2012 e 2013 foi bastante expressivo, passando de 519 milhões para 649 milhões de reais, isto é, um aumento de 25%. Por este motivo, os gastos passaram de 48,86% para 56,71% da Receita corrente líquida.

É necessário lutar contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta lei institui o privilégio da dívida pública sobre todos os demais serviços realizados pelo Estado.

Terceirização e cargos comissionados

Segue abaixo os gastos da prefeitura com cargos comissionados (temporários) e com a terceirização:

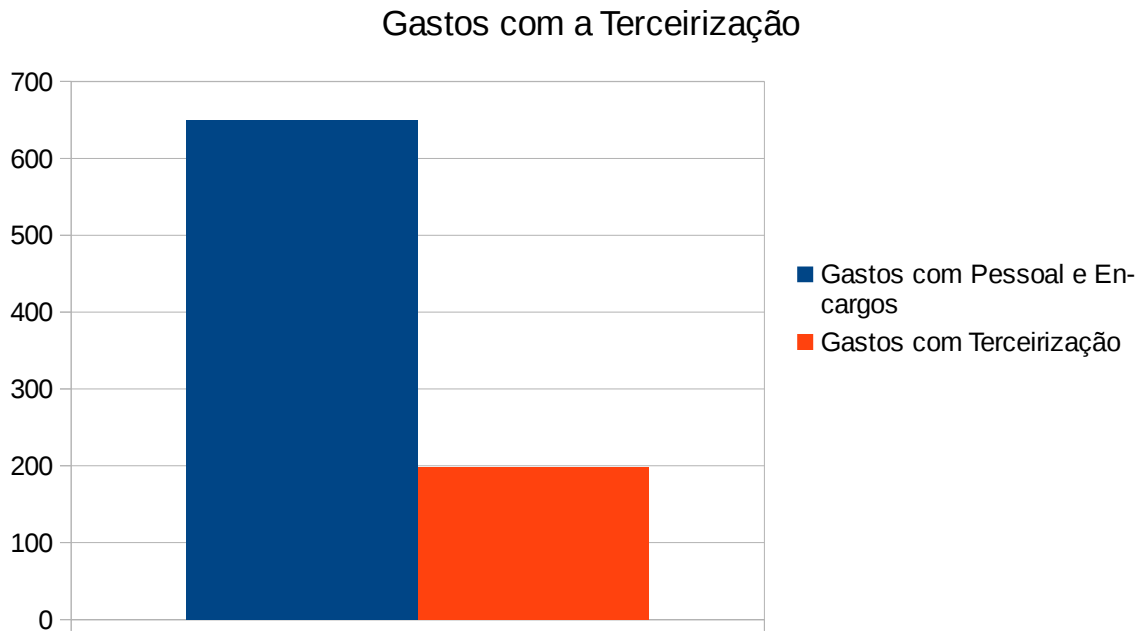
Figura 6: Fonte: Tesouro



Ano	Pessoal e encargos	Funcionários temporários	Temporários/Total
2007	286.959.576,42	29.748.563,42	10,37%
2008	346.802.516,50	31.266.880,55	9,02%
2009	328.636.667,25	25.241.218,75	7,68%
2010	371.574.081,70	30.361.591,70	8,17%
2011	422.207.579,60	29.189.003,81	6,91%
2012	519.068.303,07	27.590.383,37	5,32%
2013	649.490.693,66	19.313.549,77	2,97%

Dentro da contabilidade sobre o gasto com pessoal e encargos sociais temos o custo com funcionários "temporários" e com "terceirização". Este custo representou 6,6% do gasto total com pessoal e encargos, nestes sete anos pesquisados. Apesar disso, apresentou uma tendência de queda. Como o ano de 2013 representa um período de transição entre duas gestões diferentes da prefeitura, este dado poderá ser melhor avaliado quando os dados de 2014 forem disponibilizados.

Terceirização



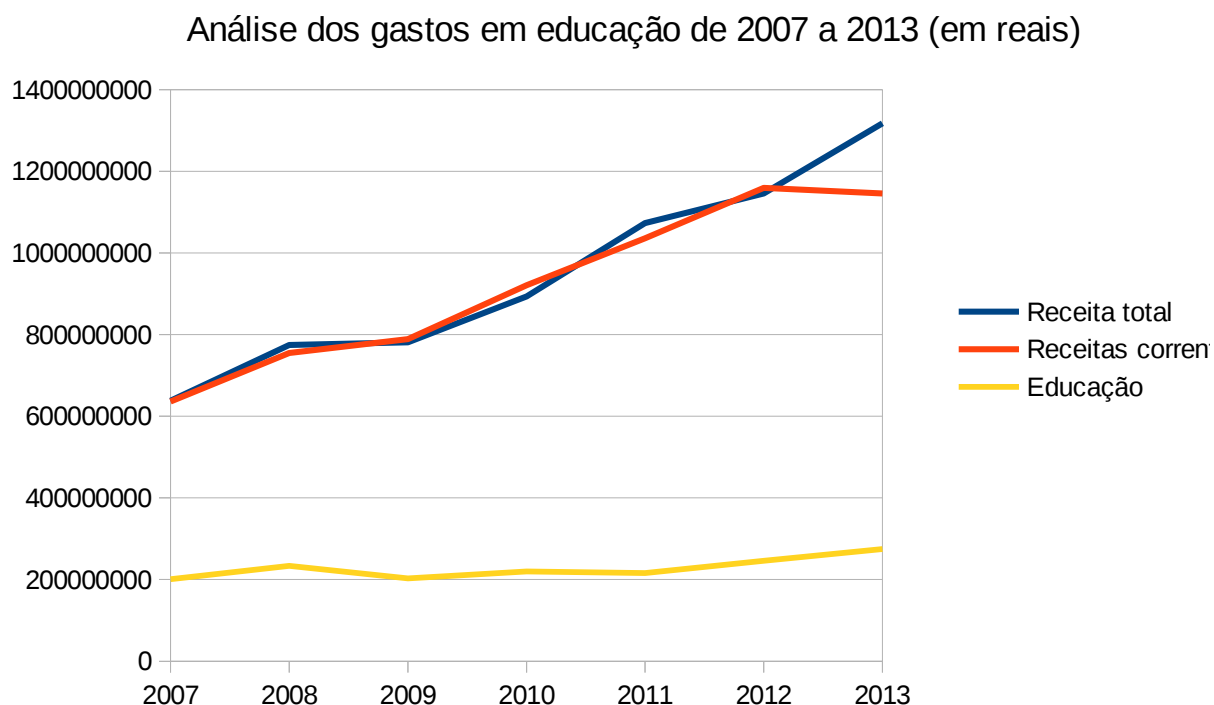
Também é importante falar de outro gasto que está fora de "pessoal e encargos", o de terceirizados. Em 2013, este gasto foi de R\$ 197,6 milhões, quase um terço se comparado ao gasto de contratações diretas (pessoal e encargos), ou seja, há um alto nível de terceirização na Prefeitura Municipal de Contagem.

Os gastos com terceirização na prefeitura de Contagem equivalem a quase 100% do que foi investido em educação básica.

Análise dos gastos em educação de 2007 a 2013

Nos dados que se seguem, comparamos a evolução das receitas frente a educação.

Figura 7: Fonte: Tesouro



Ano	Receita total	Receitas correntes	Educação	Ed/RCL	Ed/RT
2007	637.911.810,94	635.858.048,38	200.725.556,98	33,87%	31,47%
2008	774.410.426,01	755.150.789,12	233.139.855,21	33,58%	30,11%
2009	781.099.348,74	788.526.846,33	202.878.428,34	28,26%	25,97%
2010	893.058.006,72	920.983.631,69	219.912.660,84	26,17%	24,62%
2011	1.073.081.741,98	1.035.984.352,03	216.222.825,49	22,76%	20,15%
2012	1.145.637.824,65	1.159.255.856,37	245.990.432,25	23,16%	21,47%
2013	1.317.017.908,54	1.145.357.242,70	274.886.286,13	24%	20,87%

Nas duas últimas colunas mostramos a porcentagem gasta com a Educação frente a Receita Total (tudo que foi arrecadado pelo município subtraindo as deduções feitas nesta receita, tal como o que a Prefeitura deve repassar para a União com o FUNDEB) e a Receitas Correntes Líquidas (são as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e diversas e, ainda, as provenientes de recursos financeiros

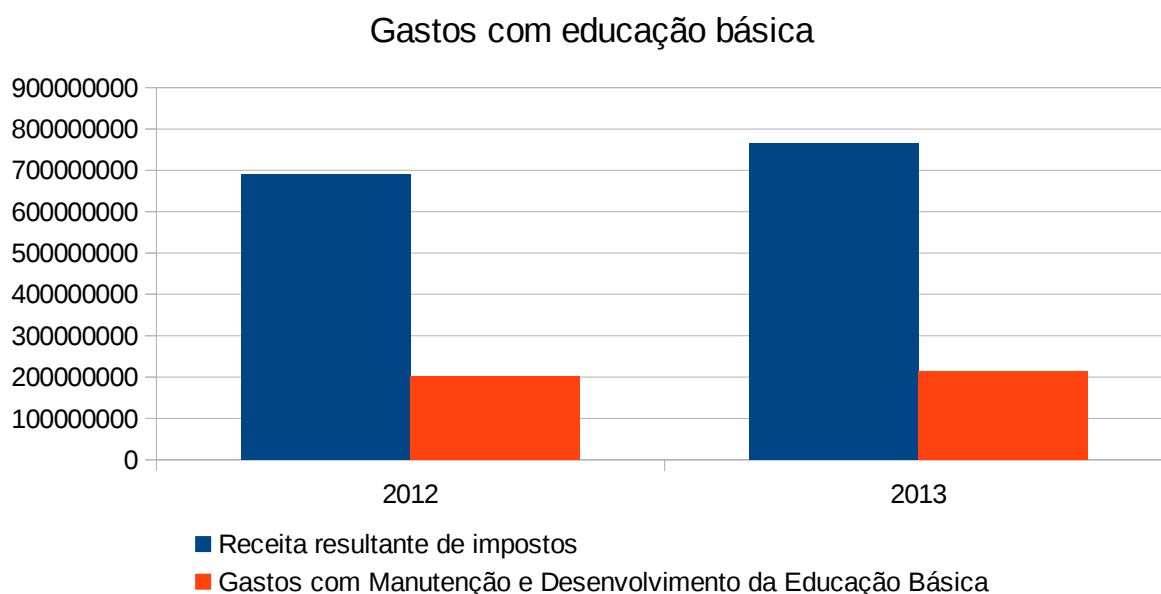
recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender as despesas correntes, sendo líquido por subtrair também as deduções já mencionadas acima). Vemos que ambos caíram bastante relativo ao ano de 2007, ou seja, uma parte menor do orçamento municipal está indo para a educação, com menos do que 10 pontos percentuais abaixo.

Em 7 anos, o percentual da receita da prefeitura (total ou líquida) dispendida na educação caiu cerca de um terço.

Gastos com educação básica

Antes de tudo, é importante saber que a lei que estipula um piso de 25% do orçamento da prefeitura a ser gasto com educação básica é, em partes, uma lenda. Este percentual incide apenas sobre a receita oriunda de impostos, que representa apenas uma parcela da arrecadação. A prefeitura possui outras importantes fontes de receita como taxas e tributos. O valor real do piso da educação básica é muito inferior aos 25%, se considerar as receitas correntes líquida. Esta meta é relativamente fácil de cumprir, sobretudo para economias como a de Contagem.

Considerando apenas a arrecadação com impostos, a porcentagem dispendida em educação básica em Contagem nos anos de 2012 e 2013 fica da seguinte forma.



Ano	2012	2013
Receita resultante de impostos	690.768.834	765.063.169
Gastos com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	202.508.115	213.705.900
%Proporção dos gastos com educação relativo às receitas resultantes de impostos	29,32%	27,93%

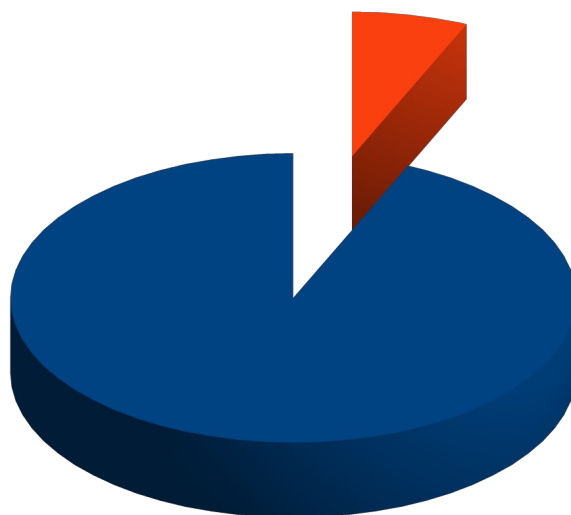
Como podemos perceber, os gastos com educação básica ficaram em 27,93% em 2013, pouco a mais que os 25% estipulados como limite legal. Além disto, o crescimento dos gastos com educação básica em 2013 foram irrisórios: meros 5,5% o que refletiu na queda do índice de 29,32% para 27,93%.

Apesar do piso para educação básica ser, efetivamente, muito inferior à 25% da receita, a prefeitura de Contagem está próxima deste limite.

Gastos com a FUNEC em 2013

Abaixo podemos avaliar o impacto da Funec sobre a totalidade dos investimentos e Educação:

Gasto com a FUNEC no orçamento total da Educação em 2013



■ Gasto total com Educação ■ Gasto com as FUNEC's

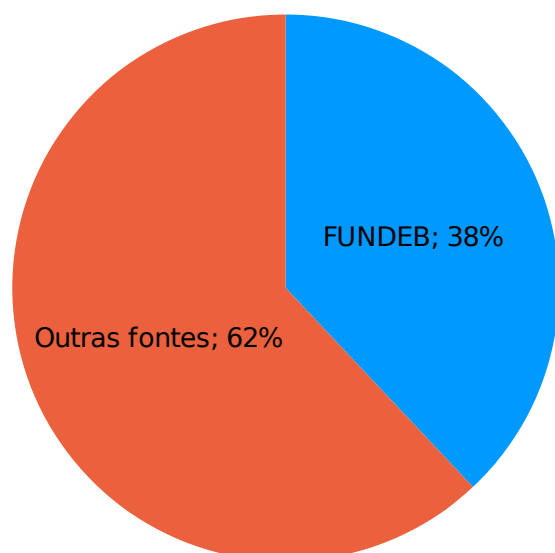
Em 2013, o gasto da FUNEC foi de R\$19.545.074,89, ou o equivalente a 7,11% dos gastos com Educação. Se retirássemos a FUNEC dos gastos de Educação em 2013, o percentual dos gastos em Educação sobre a Receita Total cairiam de 24% para 22,29%.

Repasse do FUNDEB

Como se sabe, parte expressiva dos gastos em educação possuem como fonte de receita o FUNDEB, proveniente do governo federal. Este valor é proporcional ao número de estudantes matriculados nas respectivas escolas. Abaixo, podemos avaliar o impacto do FUNDEB sobre o total dos investimentos em educação no período considerado:

2007

Figura 8: Fonte: Banco do Brasil



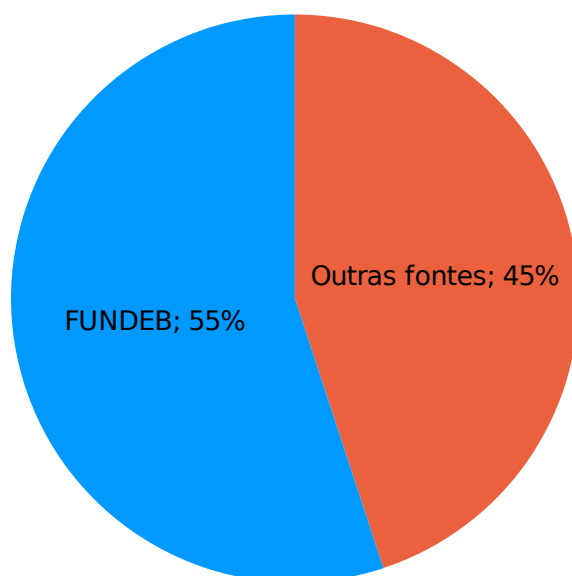
FUNDEB: R\$ 76.245.388,01

Outras fontes: R\$ 124.480.168,97

Total: R\$ 200.725.556,98

2013

Figura 9: Fonte: Banco do Brasil



FUNDEB: R\$ 148.539.426,23

Outras fontes: R\$ 126.346.859,90

Total: R\$ 274.886.286,13

Houve uma inversão das fontes de receitas para o financiamento da educação municipal, o FUNDEB se tornando a maior origem destas receitas. O dado é alarmante. Praticamente não houve aumento dos investimentos da prefeitura na educação em um longo período de 7 anos, se desconsiderarmos o FUNDEB. Isto é, se considerarmos apenas os recursos próprios da prefeitura que passaram de 124 para 126 milhões de reais. Isto significa menos de 1,5% de aumento nos investimentos com finanças próprios no setor em todo este longo período.

Se retirarmos fora o repasse do governo federal, FUNDEB, os gastos em educação cresceram menos de 1,5% em 7 anos.

Conclusões

A Prefeitura mantém, há anos, superavit, o que permite aumento dos gastos nas campanhas salariais;

O espaço reservado pela LRF é pequeno. Deve ser apurado os reais motivos e é necessário lutar contra os limites impostos pela LRF;

Há um aumento da terceirização no município;

Houve uma diminuição considerável do percentual da receita do município que está sendo despendido em educação no último período;

A dependência do FUNDEB para os gastos em educação aumentou de forma expressiva.